

Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Do controle acionário

A Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, a seguir denominada “Companhia” ou “Telesp”, tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo. A Telesp pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2010, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total indireta no capital social da Companhia de 87,95%, sendo 85,57% nas ações ordinárias e 89,13% nas ações preferenciais.

b. Das operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil (nota 1.c adiante). A Companhia também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefonica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 com validade até 2024 e aguardam a definição das condições de renovação e pagamento pela Anatel.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* – SEC, dos EUA, e suas *American Depositary Shares* – ADS's – nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

c. Do Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas nos setores 31, 32 e 34 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo, estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 22 de dezembro de 2005, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 02 de maio de 2011, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.925.052 (R\$6.954.479 em 31 de dezembro de 2009), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. O próximo pagamento ocorrerá em 2011 com base nas receitas de 2010.

d. Das controladas e subsidiárias integrais

A. Telecom S.A.:

Subsidiária integral da Companhia, tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e dados, e na manutenção de rede de telefonia interna do cliente. Os principais serviços são:

(i) Condomínio Digital, solução integrada de equipamentos e serviços para a transmissão de voz, dados e imagens em edifícios comerciais até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data esses serviços passaram a ser prestados pela Telesp, conforme reestruturação mencionada na nota 2.a;

(ii) Instalação, conserto, troca e ampliação de novos pontos de fiação de telefonia interna em residências e empresas;

(iii) iTelefônica, provedor de acesso gratuito à internet;

(iv) Speedy Wi-Fi, serviço de banda larga para acesso sem fio à internet;

(v) Speedy Corp, provedor de banda larga desenvolvido especialmente para o mercado corporativo;

(vi) Posto Informático, solução integrada de serviços de acesso a internet, conectividade em rede privativa e locação de equipamentos de informática; sendo que a partir de agosto de 2010 o serviço de acesso a internet passou a ser prestado pela Telesp;

(vii) Produto At-home, soluções de automação residencial que está compreendido entre os serviços de consultoria e elaboração de projeto de automação e instalação e configuração da solução.

(viii) Serviço de TV por assinatura via satélite (Direct to Home – DTH) em todo o país e via fibra óptica - IPTV (Internet Protocol Television). O DTH é um tipo especial de serviço de TV por assinatura que utiliza satélites para a distribuição direta de sinais de televisão e áudio para os assinantes.

Telefônica Sistema de Televisão S.A.:

A Telefônica Sistema de Televisão S.A. ("TST") tem como objetivo a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações e internet.

Telefônica Data S.A.:

Tem como objetivo a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Aliança Atlântica Holding B.V.:

Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, cujo principal ativo era a participação direta de 0,61% na Portugal Telecom, cujas ações foram vendidas em junho de 2010. Atualmente, a participação no capital da Aliança Atlântica é de 50% para a Companhia e 50% para a Telefônica S.A. Esta holding está em processo de encerramento e consequentemente divisão do ativo existente que estão avaliados a valor de liquidação.

Companhia AIX de Participações:

Tem como objeto social a exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas. Atualmente a participação da Companhia na Companhia AIX de Participações é de 50%.

Companhia ACT de Participações:

Tem por objeto prestar assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio. Atualmente, a participação da Companhia na Companhia ACT de Participações é de 50%.

2. EVENTOS SOCIETÁRIOS EM 2009 E 2010

a. Reestruturação societária envolvendo a A.Telecom S.A.:

Em 30 de dezembro de 2009 conforme aprovado em Assembléia Geral dos Acionistas ocorreu a cisão parcial da A.Telecom e posterior incorporação da parte cindida pela Companhia. Essa operação contemplou a transferência de ativos fixos e direitos relacionados a uma parcela da carteira de clientes da A.Telecom. O acervo líquido incorporado pela Telesp foi de R\$99.293.

b. Incorporação da TS Tecnologia da Informação Ltda.:

Em 22 de maio de 2009 a controlada indireta TS Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela sua controladora Telefônica Data S.A. pelos valores registrados nos livros contábeis e conforme laudo de avaliação, sendo extinta após esta operação.

c. Outros eventos

As administrações da Vivo Participações S.A. ("Vivo Part.") e da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp ("Telesp") (conjuntamente referidas como "Companhias"), na forma e para os fins das Instruções CVM nº 319/99 e 358/02, informaram que em 27/12/2010 foi aprovada, pelos seus respectivos Conselhos de Administração, uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Part. pela Telesp, visando a unificação da base acionária das Companhias ("Reestruturação Societária"), conforme Fato Relevante publicado em 28/12/2010 no jornal Valor Econômico e 29/12/2010 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A Reestruturação Societária visa simplificar a estrutura organizacional atual das Companhias, ambas abertas e listadas na BM&FBOVESPA e com *American Depositary Receipts* ("ADRs") negociados nos Estados Unidos da América, propiciando aos seus respectivos acionistas a participação em uma única sociedade com ações negociadas nas bolsas brasileira e norte-americana, com maior liquidez, bem como racionalizar a estrutura de custos das Companhias e auxiliar na integração dos negócios e na geração de sinergias daí decorrentes, impactando positivamente as Companhias. Para a implementação da Reestruturação Societária serão adotadas as recomendações contidas no Parecer de Orientação CVM nº 35/08 e para tal foram constituídos na Vivo Part. e na Telesp comitês especiais independentes ("Comitês Especiais"), para negociarem a relação de substituição de ações e manifestarem a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que vierem a ser propostas, para posteriormente submeterem as suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias.

Além disso, serão contratados assessores financeiros e empresas especializadas para a elaboração de estudos complementares relativos à operação e a posterior elaboração dos laudos de avaliação das Companhias, que servirão como parâmetro para o estabelecimento das relações de substituição e do aumento de capital decorrente da incorporação de ações e, ainda, para fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.

A Reestruturação Societária será objeto de deliberação dos acionistas em Assembléias Gerais Extraordinárias, especialmente convocadas oportunamente por editais de convocação para essa finalidade, garantindo o direito de recesso aos acionistas dissidentes, na forma da lei.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Instrução CVM 457/2007, as companhias de capital aberto devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2010, bem como as informações comparativas do exercício de 2009, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, tendo como base os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela CVM, os quais estão convergentes com as normas internacionais de contabilidade.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em total conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

Os efeitos da primeira adoção das normas internacionais de contabilidade estão apresentados na nota 3.1 adiante. A Companhia não antecipou a adoção de qualquer novo pronunciamento emitido pelo IASB com início de vigência obrigatória posterior a 31 de dezembro de 2010 (nota 4.1).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam o mesmo resultado e patrimônio líquido.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2011.

3.1. PRIMEIRA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) E DOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

A aplicação das IFRS e CPC's na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e controladora, respectivamente, implica em algumas alterações relacionadas às formas de apresentação e avaliação que vinham sendo aplicadas até 31 de dezembro de 2009, pois determinadas políticas e requisitos estabelecidos pelas IFRS e CPC diferem substancialmente das práticas contábeis até então adotadas no Brasil.

A adaptação das demonstrações contábeis consolidadas à normativa contábil internacional foi realizada aplicando-se a IFRS 1 – *First Time Adoption of International Financial Reporting Standards* (CPC 37R e CPC 43R1) que trata da adoção inicial das IFRS. A Companhia elaborou seu balanço de abertura com a data de transição de 01/01/2009 (data base 31/12/2008).

Conforme requerido pela IFRS 1 (CPC 37R) a Companhia aplicou para a preparação das demonstrações contábeis de todos os períodos apresentados, as normas em vigor em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas exceções na mencionada norma.

BALANÇO DE ABERTURA EM 01/01/2009 (CONTROLADORA)	BRGAAP BALANÇO PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES BRGAAP (NOTA 3.1.2 f)	AJUSTES CPC's	NOTA 3.1.2	SALDO FINAL
					Saldo para Balanço de Abertura
ATIVO CIRCULANTE	5.870.998	(582.167)	2.807		5.291.638
Caixa e equivalentes de caixa	1.597.606	-	-		1.597.606
Contas a receber de serviços, líquidas	2.853.548	-	-		2.853.548
Tributos diferidos e a recuperar	925.877	(582.167)	-		343.710
Estoques	114.735	-	-		114.735
Operações com derivativos	80.214	-	-		80.214
Outros ativos	299.018	-	2.807	c	301.825
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.639.320	880.191	28.186		14.547.697
Tributos diferidos e a recuperar	835.452	114.065	29.003	e	978.520
Depósitos Judiciais	678.583	428.589	-		1.107.172
Outros ativos	109.363	-	-		109.363
INVESTIMENTOS	1.353.640	1.064.644	129		2.418.413
IMOBILIZADO, LÍQUIDO	9.115.239	-	-		9.115.239
INTANGÍVEL, LÍQUIDO	1.547.043	(727.107)	(945)		818.991
TOTAL DO ATIVO	19.510.318	298.024	30.993		19.839.335
PASSIVO CIRCULANTE	5.399.517	9.294	(328.987)		5.079.824
Empréstimos e financiamentos	454.188	-	-		454.188
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.030.787	-	-		2.030.787
Impostos, taxas e contribuições a recolher	847.363	9.294	-		856.657
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	163.372	-	-		163.372
Provisões	128.451	-	-		128.451
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	590.147	-	66.122	b	656.269
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.065.109	288.730	23.442		4.377.281
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	40.151	67.585	-		107.736
Provisões	567.220	221.145	-		788.365
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	69.468	-	23.442	b	92.910
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.045.692	-	336.538		10.382.230
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
TOTAL DO PASSIVO	19.510.318	298.024	30.993		19.839.335

BALANÇO DE ABERTURA EM 01/01/2009 (CONSOLIDADO)	BRGAAP BALANÇO PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES BRGAAP (NOTA 3.1.2 f)	AJUSTES IFRS	NOTA 3.1.2	SALDO IFRS
					Saldo para Balanço de Abertura
ATIVO CIRCULANTE	6.459.832	(584.300)	2.935		5.878.467
Caixa e equivalentes de caixa	1.741.006	-	-		1.741.006
Contas a receber de serviços, líquidas	3.152.831	-	-		3.152.831
Tributos diferidos e a recuperar	1.032.517	(584.300)	-		448.217
Estoques	164.410	-	-		164.410
Operações com derivativos	95.747	-	-		95.747
Outros ativos	273.321	-	2.935	c	276.256
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.532.177	884.963	28.058		14.445.198
Contas a receber de serviços, líquidas	61.563	-	-		61.563
Tributos diferidos e a recuperar	845.240	116.199	29.003	e	990.442
Depósitos Judiciais	711.300	431.228	-		1.142.528
Outros ativos	156.312	-	-		156.312
INVESTIMENTOS	301.830	-	-		301.830
IMOBILIZADO, LÍQUIDO	9.868.933	-	-		9.868.933
INTANGÍVEL, LÍQUIDO	1.586.999	337.536	(945)		1.923.590
TOTAL DO ATIVO	19.992.009	300.663	30.993		20.323.665
PASSIVO CIRCULANTE	5.846.874	11.823	(328.987)		5.529.710
Empréstimos e financiamentos	502.503	-	-		502.503
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.314.698	-	-		2.314.698
Impostos, taxas e contribuições a recolher	926.437	11.823	-		938.260
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	174.672	-	-		174.672
Provisões	128.488	-	-		128.488
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	614.867	-	66.122	b	680.989
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.099.443	288.840	23.442		4.411.725
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	47.401	67.585	-		114.986
Provisões	570.778	221.255	-		792.033
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	92.994	-	23.442	b	116.436
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.045.692	-	336.538		10.382.230
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
TOTAL DO PASSIVO	19.992.009	300.663	30.993		20.323.665

3.1.1 Isenções e Exceções aplicadas na adoção inicial das IFRS no balanço de abertura

A norma IFRS 1 (CPC 37R) dispõe sobre casos de isenções opcionais para a adoção retroativa das IFRS no balanço de abertura. Neste sentido, destacamos as opções aplicadas pela Companhia na data de transição:

IFRS 3 (CPC 15) – Combinações de negócios

A Companhia optou por aplicar a IFRS 3(R) (CPC 15), Combinações de Negócios, de forma prospectiva desde a data de transição. Portanto, as combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009 não foram remensuradas. Dessa forma, o saldo de ágios no Ativo Intangível reflete o saldo líquido apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31/12/2008, sem ter sido identificada a necessidade de registro de nenhuma perda de valor.

IAS 16 (CPC 27) – Valor justo ou reavaliação do imobilizado como custo de aquisição

A Companhia optou por não remensurar seus ativos Imobilizado e Intangível pelo valor justo justificado: (i) pelos constantes investimentos na renovação de sua Planta, acompanhando a evolução tecnológica; (ii) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia; (iii) a Companhia possui uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados e intangíveis, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Consequentemente, os ativos imobilizados e intangíveis foram mantidos pelo mesmo custo de aquisição de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2008.

As exceções de adoção obrigatória previstas no IFRS 1 (CPC 37R, CPC 43R1) não são aplicáveis à Companhia.

Detalhamos a seguir a reconciliação do (i) patrimônio líquido consolidado em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e do (ii) resultado líquido e (iii) resultado abrangente de 31 de dezembro de 2009, bem como uma breve descrição das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009 (BRGAAP) e as IFRS (CPC's):

Conciliação do Patrimônio Líquido Consolidado em 01/01/2009 e 31/12/2009

	<u>Nota 3.1.2</u>	Abertura 01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio Líquido de acordo com o BRGAAP		10.045.692	10.057.415
Reconhecimento de Receitas - Receita de Habilitação	b	(89.564)	(79.383)
Imposto Diferido	e	30.451	26.990
Benefícios a Empregados (Planos de Pensão)	c	2.936	65.186
Imposto Diferido	e	(954)	(20.112)
Dividendos Adicionais Propostos	d	395.109	1.251.646
Outros		(1.440)	(1.440)
Total Ajustes IFRS		336.538	1.242.887
Patrimônio Líquido atribuído à controladora		10.382.230	11.300.302
Participação Minoritária		-	-
Patrimônio Líquido de acordo com as IFRS		10.382.230	11.300.302

Conciliação do Resultado Consolidado em 31/12/2009

	<u>Nota 3.1.2</u>	31/12/2009
Lucro Líquido de acordo com o BRGAAP		2.172.973
Reconhecimento de Receitas - Receita de Habilitação	b	10.180
Imposto Diferido	e	(3.461)
Benefícios a Empregados (Planos de Pensão)	c	36.724
Imposto Diferido	e	(12.327)
Total Ajustes IFRS		31.116
Lucro Líquido de acordo com as IFRS		2.204.089

Conciliação do Resultado Abrangente Consolidado em 31/12/2009

	Nota 3.1.2	31/12/2009
Lucro Líquido de acordo com o BRGAAP		2.172.973
Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda		22.251
Imposto Diferido		(7.565)
Ajuste Acumulado de Conversão - Investimentos no Exterior		(2.963)
Ajustes IFRS		
Ganhos (perdas) atuariais e efeito da limitação de ativos de planos superavitários	c	25.526
Imposto Diferido	e	(6.830)
Total Ajustes		30.419
Ajustes IFRS no Lucro Líquido		31.116
Resultado Abrangente Consolidado de acordo com as IFRS		2.234.508

3.1.2 Principais diferenças que impactaram as Demonstrações Contábeis na data de transição e em 31 de dezembro de 2009

a) Combinações de negócios

Em relação às transações que envolveram combinações de negócios até 31/12/2008, a Companhia optou por não aplicar retroativamente as exigências da IFRS 3(R) (CPC 15) – *Combinações de Negócios*, mantendo a mesma classificação do BRGAAP em 31 de dezembro de 2008, cujos efeitos são apresentados na balanço patrimonial consolidado no item “Ágio”. Não houve operações que envolvessem combinações de negócios em 2010 e 2009.

b) Reconhecimento de receitas

De acordo com o IAS 18 (CPC 30) - *Receitas*, que trata de reconhecimento de receitas, as receitas provenientes de serviços prestados devem ser reconhecidas de acordo com período de realização do serviço. No BRGAAP, a receita de habilitação gerada quando da conexão do cliente à rede era reconhecida no momento do ingresso do cliente na planta. Para fins de IFRS, a receita de habilitação é diferida e reconhecida no resultado ao longo do período estimado de duração do cliente na planta. Com essa mudança de prática contábil, em 01/01/2009 a Companhia reconheceu um passivo (receita diferida) em seu balanço patrimonial de abertura para refletir a parcela da receita de habilitação que será reconhecida nos próximos períodos.

c) Benefícios pós-emprego

A Companhia manteve a política contábil do BRGAAP de reconhecimento imediato de ganhos e perdas atuariais. No BRGAAP, os ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, enquanto que para fins de IFRS (IAS 19 (CPC 33)– Benefícios a Empregados) é permitido o reconhecimento no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Em relação aos planos de benefícios definidos que apresentam superávit atuarial, de acordo com o BRGAAP o reconhecimento do ativo poderia ser registrado apenas se fosse evidente que o superávit seria reembolsado à patrocinadora, razão pela qual o mesmo não era reconhecido devido às características do plano. Conforme as IFRS e CPC's, para os planos de benefício definido que apresentam superávit atuarial deve-se reconhecer um ativo pela patrocinadora pelo montante do superávit ou o valor correspondente às contribuições futuras da patrocinadora aos referidos planos descontadas a valor presente, dos dois o menor.

d) Dividendos adicionais propostos

De acordo com a interpretação IFRIC 17 (ICPC 08) – *Distribuição de Ativos “não caixa” aos Acionistas*, deve-se reconhecer um passivo de dividendo somente quando houver sua efetiva deliberação pelo órgão da administração competente. De acordo com o BRGAAP, o lucro do exercício ainda não aprovado pelos órgãos da administração deveria ser reconhecido como um passivo. Conforme as IFRS e CPC’s, o dividendo proposto acima do mínimo obrigatório que será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas deverá permanecer no patrimônio líquido em conta específica (dividendo adicional proposto) até a efetiva deliberação.

e) Tributos sobre a renda

Sobre os ajustes mencionados anteriormente foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

f) Reclassificações

Existem outros critérios contábeis adotados para fins de IFRS que divergem daqueles aplicados no Brasil, porém não afetam o patrimônio líquido, somente a apresentação do balanço patrimonial. Os ajustes realizados referem-se a:

- Reclassificações dos depósitos judiciais vinculados a passivos (provisões) - No BRGAAP, os saldos passivos e provisões eram apresentados líquidos dos correspondentes depósitos judiciais. Para fins de IFRS e CPC’s, esse tipo de compensação não é permitida, portanto, os depósitos judiciais devem permanecer no ativo;
- Reclassificações do imposto de renda e contribuição social diferidos – no BRGAAP, havia a necessidade de segregação no balanço patrimonial dos saldos de tributos diferidos entre circulante e não circulante. Para fins de IFRS e CPC’s, os saldos de IR e CS diferidos, ativo e passivo, devem ser registrados como não circulante.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- b. Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda, neste último, principalmente os equipamentos tratados como arrendamento mercantil financeiro (ver nota 4.f).
- c. Investimentos:** as participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e os investimentos em coligadas sobre as quais é exercida influencia significativa, estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente, e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional. A data base para equivalência patrimonial e consolidação é 31 de

dezembro de cada exercício. Segue adiante a relação de controladas para os exercícios de 2010 e 2009:

Controladas	2010	2009
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefonica Data S.A.	100%	100%
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	100%	100%
Aliança Atlântica Holding B.V. (*)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (*)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (*)	50%	50%

(*) Controladas em conjunto

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Ajuste Acumulado de Conversão.

- d. Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 12 – Imobilizado).

- e. Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Ágios gerados até 31 de dezembro de 2008 na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida. Como forma de validar a inexistência de perdas por este conceito, a Companhia avalia o valor recuperável da unidade geradora de caixa correspondente ao ágio.

- f. Arrendamento mercantil:** os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob

a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao Contas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

- g. Análise de recuperabilidade dos ativos:** a Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado, ágios e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou anualmente para os ágios conforme requerido, é estimado o valor recuperável, como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso, são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso corresponda, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- h. Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:**

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas de contratação com liquidez imediata.

(ii) Ativos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A

Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o

valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

(iv) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

i. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”):

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição

às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

- j. **Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança.

As provisões estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, cíveis e tributárias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

- k. **Planos de benefícios pós-emprego:** a Companhia patrocina individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados

adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

- l. Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- m. Reconhecimento das receitas:** as receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Programa

de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Impostos sobre Serviços – ISS.

- n. **Saldos e transações em moeda estrangeira:** a moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.
- o. **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do período em curso e de períodos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou a pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

- p. **Taxa de renovação do contrato de concessão:** valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 23).
- q. **Estimativas contábeis:** a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis.
Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 31.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 30.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

r. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e suas controladas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS PELO IASB

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2010:

<i>Novas Normas</i>		<i>Aplicação obrigatória: para exercícios iniciados a partir de</i>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IAS 24 Revisada	Partes Relacionadas: Divulgação	1º de janeiro de 2011
<i>Emendas às Normas existentes</i>		
Emenda ao IAS 32 - Instrumentos Financeiros : Apresentação	Classificação de emissões de direitos sobre ações	1º de fevereiro de 2010
Emendas ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Transferência de Ativos Financeiros	1º de janeiro de 2013
<i>Novas Interpretações</i>		
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com instrumentos de patrimônio	1º de julho de 2010

Emenda a IFRIC 14	Pagamentos antecipados quando há obrigação de se manter um nível mínimo de financiamento	1º de janeiro de 2011
-------------------	--	-----------------------

A Companhia está analisando os impactos decorrentes à aplicação dessas normas, emendas e interpretações. Baseando-se em análises preliminares, a Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis consolidadas na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	4.257	4.481	12.885	8.930	10.120	31.993
Aplicações financeiras	1.084.832	1.993.232	1.584.721	1.547.785	2.266.896	1.709.013
Total	1.089.089	1.997.713	1.597.606	1.556.715	2.277.016	1.741.006

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Valores faturados	1.766.551	2.166.538	2.269.588	2.042.760	2.622.613	2.608.012
Valores a faturar	1.196.912	1.223.796	1.233.242	1.336.441	1.266.049	1.374.080
Contas a receber bruto	2.963.463	3.390.334	3.502.830	3.379.201	3.888.662	3.982.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(607.450)	(671.460)	(649.282)	(765.633)	(833.639)	(767.698)
Total	2.356.013	2.718.874	2.853.548	2.613.568	3.055.023	3.214.394
A vencer	1.789.232	1.831.094	1.888.812	2.147.380	2.245.950	2.248.736
Vencidas – 01 a 30 dias	379.011	590.492	508.523	403.738	597.410	530.238
Vencidas – 31 a 60 dias	97.502	129.866	197.231	101.943	130.331	195.213
Vencidas – 61 a 90 dias	45.115	60.129	111.791	49.404	66.949	113.101
Vencidas – 91 a 120 dias	41.008	51.901	110.594	44.018	56.299	110.720
Vencidas – mais de 120 dias	611.595	726.852	685.879	721.492	849.229	784.084
Total	2.963.463	3.390.334	3.502.830	3.467.975	3.946.168	3.982.092
Circulante	2.356.013	2.718.874	2.853.548	2.546.225	2.988.798	3.152.831
Não circulante	-	-	-	67.343	66.225	61.563

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	(671.460)	(649.282)	(833.639)	(767.698)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 23)	(327.302)	(426.387)	(386.340)	(564.580)
Baixas	391.312	404.209	454.346	498.639
Saldo final	(607.450)	(671.460)	(765.633)	(833.639)

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 como “Arrendamento Mercantil Financeiro” (nota 4.f).

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 contempla os seguintes efeitos:

	2010	2009	01/01/2009
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	112.352	125.234	139.214
Receita financeira não realizada	23.213	21.231	20.154
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	135.565	146.465	159.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.102)	(22.576)	(26.159)
Total dos valores a receber líquidos	117.463	123.889	133.209
Circulante	45.009	59.009	77.651
Não circulante	67.343	66.225	61.563

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	45.009	45.009
A vencer até cinco anos	90.556	67.343
Total	135.565	112.352

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. MATERIAIS DE ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Materiais para consumo	73.584	117.246	128.948	74.682	118.030	129.600
Materiais para revenda (*)	46.632	57.747	57.192	92.461	97.524	106.734
Outros estoques	7.806	8.810	13.622	10.052	8.810	13.622
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(92.920)	(70.237)	(85.027)	(99.696)	(75.928)	(85.546)
Total circulante	35.102	113.566	114.735	77.499	148.436	164.410

(*) Contempla, entre outros, estoque de equipamentos de informática.

A provisão sobre os itens de estoques leva em consideração análises tempestivas realizadas pela Companhia.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Impostos e contribuições retidos na fonte	70.558	71.120	63.170	91.185	92.019	77.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.422	26.951	10.539	27.088	35.021	36.755
ICMS (*)	397.745	387.701	298.410	534.323	476.523	357.897
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	313.177	222.042	98.295	313.177	222.042	98.295
Outros	6.509	7.956	2.693	20.261	30.971	14.128
Total	801.411	715.770	473.107	986.034	856.576	584.445
Circulante	480.691	579.980	343.710	659.357	712.663	448.217
Não circulante	320.720	135.790	129.397	326.677	143.913	136.228

(*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2010.

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo diferido						
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas	-	-	-	2.325	1.716	5.091
Provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis	302.607	315.977	340.850	302.607	315.977	340.850
Planos de benefícios pós-emprego	74.460	65.255	50.581	74.460	65.255	50.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.194	95.057	94.691	100.194	95.057	94.691
Provisão Fust	73.251	58.069	42.370	73.251	58.069	42.370
Provisão para perda de modens	46.318	46.224	57.600	46.318	46.224	57.600
Participação nos resultados	38.730	15.997	24.325	38.730	15.997	24.325
Provisão para ajuste de realização dos estoques	31.593	23.880	28.909	31.593	23.880	28.909
Crédito fiscal incorporado - DABR (*)	34.691	47.305	59.920	34.691	47.305	59.920
Outras provisões indedutíveis	129.798	124.094	158.907	129.798	123.489	155.557
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	180.045	134.543	122.491	180.045	135.737	125.841
	1.011.687	926.401	980.644	1.014.012	928.706	985.735
Passivo diferido						
Lei da Inovação	238.957	192.377	73.224	238.957	192.377	73.224
Variação cambial	25.811	25.702	-	25.811	25.702	-
Crédito fiscal incorporado (*)	136.015	59.673	-	136.015	59.673	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	109.550	86.890	58.297	109.550	86.890	58.297
	510.333	364.642	131.521	510.333	364.642	131.521
Total não circulante	501.354	561.759	849.123	503.679	564.064	854.214

(*)Referem-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A Companhia prevê a realização dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	459.356	461.681
2012	150.314	150.314
2013	170.649	170.649
2014	77.271	77.271
2015	69.785	69.785
2016 em diante	84.312	84.312
Total	<u>1.011.687</u>	<u>1.014.012</u>

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que correspondem a R\$123.597 e R\$83.777 (R\$106.166 e R\$109.670 em dezembro de 2009), respectivamente, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos pelas controladas em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não haver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas
Prejuízo fiscal	1.716	609	-
Outros ativos diferidos	926.990	111.175	(26.478)
Total	<u>928.706</u>	<u>111.784</u>	<u>(26.478)</u>

	Consolidado		
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas
Prejuízo fiscal	5.091	-	(3.375)
Outros ativos diferidos	980.644	15.039	(68.693)
Total	<u>985.735</u>	<u>15.039</u>	<u>(72.068)</u>

Movimentação do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Passivo diferido	364.642	207.869	(3.669)	510.333
Total	<u>364.642</u>	<u>207.869</u>	<u>(3.669)</u>	<u>510.333</u>

	Consolidado			
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes
Passivo diferido	131.521	222.096	(3.370)	14.395
Total	131.521	222.096	(3.370)	14.395

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos	51.972	44.734	24.497	53.704	46.466	41.774
Despesas pagas antecipadamente	40.623	43.997	34.216	41.372	45.420	34.758
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	208.696	173.625	187.392	95.452	120.257	130.426
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	-	-	2.807	-	-	2.936
Outros ativos	112.471	140.918	52.913	116.959	143.249	66.362
Total circulante	413.762	403.274	301.825	307.487	355.392	276.256
Despesas pagas antecipadamente	24.647	35.638	31.941	24.647	35.639	31.941
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	-	56.700	61.151	62.526
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	12.884	12.005	11.289	12.884	12.005	11.289
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	26.561	59.149	-	27.171	65.186	-
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	33.847	40.868	40.980	16.943	23.541	22.864
Outros ativos	36.406	42.761	25.153	40.110	46.900	27.692
Total não circulante	134.345	190.421	109.363	178.455	244.422	156.312

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado				
	Natureza				Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
SalDOS em 01/01/2009	298.859	523.975	274.770	44.924	1.142.528
Ingressos	77.026	39.423	55.285	79.850	251.584
Baixas/reversões	(9.140)	(112.570)	(9.588)	-	(131.298)
Atualização monetária	13.213	30.712	28.601	-	72.526
Transferências	56.195	124	28.233	(84.552)	-
SalDOS em não circulante em 31/12/2009	436.153	481.664	377.301	40.222	1.335.340
Ingressos	104.480	33.840	117.414	75.441	331.175
Baixas/reversões	(11.980)	-	(17.839)	-	(29.819)
Atualização monetária	14.355	30.920	28.712	-	73.987
Transferências	12.314	(37)	23.299	(35.576)	-
SalDOS em não circulante em 31/12/2010	555.322	546.387	528.887	80.087	1.710.683

Ver nota 19 - Provisões para maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

11. INVESTIMENTOS

	2009	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	2010
Participações em controladas (I)	1.232.119	(191.936)	205.694	(15.747)	(21.848)	-	1.208.282
Aliança Atlântica Holding B.V.	66.461	13.100	-	(3.575)	(15.738)	-	60.248
A. Telecom S.A.	648.016	(34.409)	-	-	(673)	-	612.934
Companhia AIX de Participações	66.009	9.269	5.794	(12.172)	-	-	68.900
Companhia ACT de Participações	3	3	-	-	-	-	6
Telefonica Data S.A.	178.696	(129.635)	162.800	-	(5.437)	-	206.424
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	272.934	(50.264)	37.100	-	-	-	259.770
Ágios(I)	1.064.643	-	-	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(I) (II)	55.101	2.889	3.557	(3.557)	-	-	57.990
GTR Participações e Empreendimentos S.A	2.121	(66)	60	(60)	-	-	2.055
Lemontree Participações S.A.	14.292	2.755	1.029	(1.029)	-	-	17.047
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	31.844	548	2.336	(2.336)	-	-	32.392
TVA Sul Paraná S.A.	6.844	(348)	132	(132)	-	-	6.496
Outras participações (*) (I) (II)	223.668	-	-	-	(108.648)	(75.362)	39.658
Portugal Telecom – partic. direta	170.777	-	-	-	(95.415)	(75.362)	-
Zon Multimédia – partic. direta	13.049	-	-	-	(4.013)	-	9.036
Outros investimentos	39.842	-	-	-	(9.220)	-	30.622
Total de investimentos controladora (I)	2.575.531	(189.047)	209.251	(19.304)	(130.496)	(75.362)	2.370.573
Outras participações(*) (II)	61.530	-	-	-	(15.705)	(42.636)	3.189
Portugal Telecom – partic. indireta	56.925	-	-	-	(14.289)	(42.636)	-
Zon Multimédia – partic. indireta	4.605	-	-	-	(1.416)	-	3.189
Total de investimentos consolidado(II)	340.299	2.889	3.557	(3.557)	(124.353)	(117.998)	100.837

(*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

	2008	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Cisão parcial	2009
Participações em controladas (I)	1.109.643	(161.692)	382.700	(7.825)	8.432	(99.139)	1.232.119
Aliança Atlântica Holding B.V.	64.144	3.809	-	(4.486)	2.994	-	66.461
A. Telecom S.A.	610.820	(4.502)	140.200	-	637	(99.139)	648.016
Companhia AIX de Participações	58.895	17.937	(7.500)	(3.323)	-	-	66.009
Companhia ACT de Participações	16	3	-	(16)	-	-	3
Telefonica Data S.A.	206.523	(132.628)	100.000	-	4.801	-	178.696
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	169.245	(46.311)	150.000	-	-	-	272.934
Ágios (I)	1.064.643	-	-	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(II)	36.313	18.788	-	-	-	-	55.101
GTR Participações e Empreendimentos S.A	1.476	645	-	-	-	-	2.121
Lemontree Participações S.A.	9.608	4.684	-	-	-	-	14.292
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	21.215	10.629	-	-	-	-	31.844
TVA Sul Paraná S.A.	4.014	2.830	-	-	-	-	6.844
Outras participações (*) (I) (II)	207.814	-	-	-	15.854	-	223.668
Portugal Telecom – partic. direta	157.823	-	-	-	12.954	-	170.777
Zon Multimédia – partic. direta	14.436	-	-	-	(1.387)	-	13.049
Outros investimentos	35.555	-	-	-	4.287	-	39.842
Total de investimentos controladora (I)	2.418.413	(142.904)	382.700	(7.825)	24.286	(99.139)	2.575.531
Outras participações (*) (II)	57.703	-	-	-	3.827	-	61.530
Portugal Telecom – partic. indireta	52.608	-	-	-	4.317	-	56.925
Zon Multimédia – partic. indireta	5.095	-	-	-	(490)	-	4.605
Total de investimentos consolidado(II)	301.830	18.788	-	-	19.681	-	340.299

(*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

A Companhia vendeu a participação consolidada que possuía na empresa Portugal Telecom em 21 de junho de 2010, que gerou os seguintes efeitos:

	Controladora	Consolidado
Valor da venda	153.880	205.149
Custo de aquisição	(75.362)	(117.998)
Resultado líquido da venda	<u>78.518</u>	<u>87.151</u>

Controladas consolidadas proporcionalmente

O Grupo tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais

são consolidadas proporcionalmente. A natureza de cada operação está detalhada na nota (1.d).

A proporção correspondente a Telesp dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão abaixo:

	2010			2009			01/01/2009		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	7	4.820	57.456	4	7.115	5.377	16	7.462	6.470
Ativo não circulante	-	72.146	3.189	-	77.091	61.531	-	82.742	57.703
Passivo circulante	1	5.727	397	-	6.336	447	-	2.228	30
Passivo não circulante	-	2.339	-	-	11.862	-	-	29.080	-
Patrimônio líquido	6	68.900	60.248	4	66.008	66.461	16	58.896	64.143
Receitas	27	31.254	13.200	26	31.520	3.994	30	30.871	5.283
Despesas	(24)	(21.985)	(99)	(23)	(13.583)	(185)	(27)	(28.032)	(98)
Lucro Líquido do exercício	3	9.269	13.101	3	17.937	3.809	3	2.839	5.185

As principais informações das coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são:

Coligadas	Ativo Total	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Total de partic.	Capital votante
GTR Participações e Empreendimentos S.A	3.342	154	3.188	(66)	66,67%	0,0%
Lemontree Participações S.A.	25.837	269	25.568	2.755	66,67%	0,0%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	163.586	109.554	54.032	548	59,95%	19,9%
TVA Sul Paraná S.A.	42.126	33.407	8.719	(348)	74,50%	49,0%

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Controladora						
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Equipamentos de comutação	10,00	1.036.035	115.233	91	295.672	(215.576)	1.231.455
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.314.783	339.370	(4.189)	391.203	(368.252)	3.672.915
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	968.498	466.104	(3.843)	928	(426.138)	1.005.549
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	2.961.235	64.042	(40.405)	92.716	(282.859)	2.794.729
Outros	10,00 a 20,00	198.538	58.839	(658)	5.649	(67.578)	194.790
Provisões para perda		-	(669)	-	(25.395)	-	(26.064)
Bens e instalações em andamento		502.520	972.440	(11.625)	(760.750)	-	702.585
Total		8.981.609	2.015.359	(60.629)	23	(1.360.403)	9.575.959

Taxa média anual de depreciação %

10,47

7,45

Controladora								
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Cisão	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2009
Equipamentos de comutação	12,50	1.026.537	34.650	-	-	313.200	(338.352)	1.036.035
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.391.366	269.013	(6.987)	-	545.520	(884.129)	3.314.783
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	847.968	435.743	(901)	99.142	1.460	(414.914)	968.498
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	3.122.873	20.719	(11.082)	-	100.981	(272.256)	2.961.235
Outros	10,00 a 20,00	180.263	65.100	(423)	-	14.455	(60.857)	198.538
Bens e instalações em andamento		546.232	994.006	(6.290)	-	(1.031.428)	-	502.520
Total		<u>9.115.239</u>	<u>1.819.231</u>	<u>(25.683)</u>	<u>99.142</u>	<u>(55.812)</u>	<u>(1.970.508)</u>	<u>8.981.609</u>

Taxa média anual de depreciação % 10,27 10,47

Consolidado							
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Equipamentos de comutação	10,00	1.038.595	115.444	91	295.996	(216.045)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.354.458	339.740	(4.188)	391.947	(372.791)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.183.554	575.672	(4.121)	79.378	(560.446)	1.274.037
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	2.990.801	71.235	(40.405)	96.139	(306.265)	2.811.505
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	327.898	17.066	(261)	(82.586)	(74.774)	187.343
Outros	10,00 a 20,00	225.996	64.325	(1.299)	5.729	(76.282)	218.469
Provisões para perda (a)		(15.985)	7	-	(25.395)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento		566.820	1.013.334	(12.170)	(760.515)	-	807.469
Total		<u>9.672.137</u>	<u>2.196.823</u>	<u>(62.353)</u>	<u>693</u>	<u>(1.606.603)</u>	<u>10.200.697</u>

Taxa média anual de depreciação % 10,85 8,01

Consolidado							
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2009
Equipamentos de comutação	12,50	1.027.604	36.385	-	313.200	(338.594)	1.038.595
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.427.727	278.516	(7.472)	545.531	(889.844)	3.354.458
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.087.823	619.115	3.955	(55.934)	(471.405)	1.183.554
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	3.161.459	22.576	(11.081)	100.980	(283.133)	2.990.801
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	359.373	51.598	(16.600)	53.188	(119.661)	327.898
Outros	10,00 a 20,00	187.679	73.994	(634)	45.050	(80.093)	225.996
Provisões para perda (a)		(11.807)	(4.178)	-	-	-	(15.985)
Bens e instalações em andamento		629.075	1.003.307	(6.427)	(1.059.135)	-	566.820
Total		<u>9.868.933</u>	<u>2.081.313</u>	<u>(38.259)</u>	<u>(57.120)</u>	<u>(2.182.730)</u>	<u>9.672.137</u>

Taxa média anual de depreciação % 10,64 10,85

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681	(10.561.600)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768	(15.413.602)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349	(3.503.312)	1.274.037
Infra-estrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774	(5.666.269)	2.811.505
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921	(427.578)	187.343
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962	(1.211.493)	218.469
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469	-	807.469
Total	<u>45.410.024</u>	<u>(35.834.065)</u>	<u>9.575.959</u>	<u>46.984.551</u>	<u>(36.783.854)</u>	<u>10.200.697</u>

2009	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.374.630	(10.338.595)	1.036.035	11.384.240	(10.345.645)	1.038.595
Equipamentos e meios de transmissão	18.380.617	(15.065.834)	3.314.783	18.433.445	(15.078.987)	3.354.458
Equipamentos terminais/Modem	3.756.412	(2.787.914)	968.498	4.046.748	(2.863.194)	1.183.554
Infra-estrutura	8.301.408	(5.340.173)	2.961.235	8.399.611	(5.408.810)	2.990.801
Materiais e equipamentos de televisão	-	(1.072.458)	-	801.479	(473.581)	327.898
Outros	1.270.996	-	198.538	1.367.476	(1.141.480)	225.996
Provisões para perda	-	-	-	(15.985)	-	(15.985)
Bens e instalações em andamento	502.520	-	502.520	566.820	-	566.820
Total	<u>43.586.583</u>	<u>(34.604.974)</u>	<u>8.981.609</u>	<u>44.983.834</u>	<u>(35.311.697)</u>	<u>9.672.137</u>

As principais aquisições no ano de 2010 foram:

- Equipamentos terminais/Modem: principalmente modems e equipamentos de terminais de grande público.
- Equipamentos e meios de transmissão: destacamos as aquisições de cabos aéreos e equipamentos de transmissão plesiócrona.
- Equipamentos de comutação: principalmente equipamentos de comutação digital de pacotes – rede IP.
- Outros: aquisições principalmente de equipamentos de informática.

Revisão da vida útil dos itens do Ativo Imobilizado

Durante o 1º semestre de 2010 a Companhia identificou a necessidade de adoção de novos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma

prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010. Esse movimento representou tanto um alargamento quanto uma diminuição, dependendo do caso, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R\$399.599 para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

13. INTANGÍVEL LÍQUIDO

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ágios	1.064.792	1.064.792	1.064.792
Outros intangíveis	665.682	728.676	858.798
	<u>1.730.474</u>	<u>1.793.468</u>	<u>1.923.590</u>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	149	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693	780.693
	<u>1.064.792</u>	<u>1.064.792</u>	<u>1.064.792</u>

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

	Controladora					
	Taxa anual amort. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2010
Softwares	20,00	653.005	227.138	-	(21)	607.788
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	14.512
Outros	10,00 a 20,00	18.267	-	-	-	4.489
Total		<u>693.040</u>	<u>227.138</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>626.789</u>
Taxa média anual de amortização %		19,80				19,96

	Controladora					
	Taxa anual amort. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2009
Softwares	20,00	755.304	128.415	-	55.097	653.005
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	21.768
Outros	10,00 a 20,00	34.663	1.000	-	715	18.267
Total		<u>818.991</u>	<u>129.415</u>	<u>-</u>	<u>55.812</u>	<u>693.040</u>
Taxa média anual de amortização %		19,93				19,80

	Consolidado						Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual amort. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Softwares	20,00	682.776	239.986	-	(159)	(283.628)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	(7.256)	14.512
Outros	10,00 a 20,00	24.132	4.604	-	(534)	(16.007)	12.195
Total		<u>728.676</u>	<u>244.590</u>	<u>-</u>	<u>(693)</u>	<u>(306.891)</u>	<u>665.682</u>
Taxa média anual de amortização %		19,78					19,89

As aquisições em softwares devem-se principalmente a software distribuído dentre eles o software ATIS.

	Consolidado						Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Softwares	20,00	789.028	134.160	-	56.959	(297.370)	682.777
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	(7.256)	21.768
Outros	10,00 a 20,00	40.746	1.343	-	161	(18.119)	24.131
Total		<u>858.798</u>	<u>135.503</u>	<u>-</u>	<u>57.120</u>	<u>(322.745)</u>	<u>728.676</u>
Taxa média anual de amortização %		19,97					19,78

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
2010						
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	(2.314.300)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	(58.049)	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	(189.426)	12.195
Total	<u>3.019.751</u>	<u>(2.392.962)</u>	<u>626.789</u>	<u>3.227.457</u>	<u>(2.561.775)</u>	<u>665.682</u>
2009						
Softwares	2.533.258	(1.880.253)	653.005	2.712.773	(2.029.997)	682.776
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(50.793)	21.768	72.561	(50.793)	21.768
Outros	186.278	(168.011)	18.267	197.587	(173.455)	24.132
Total	<u>2.792.097</u>	<u>(2.099.057)</u>	<u>693.040</u>	<u>2.982.921</u>	<u>(2.254.245)</u>	<u>728.676</u>

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Salários e honorários	24.082	19.397	18.250	25.583	20.701	19.723
Encargos e benefícios sociais	97.752	75.844	78.467	101.021	80.714	84.728
Participação de empregados nos resultados	103.243	38.314	65.269	105.841	40.770	68.835
Outras indenizações	74.800	-	1.386	74.800	-	1.386
Total	299.877	133.555	163.372	307.245	142.185	174.672

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos sobre a renda						
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	-	1.329	718	-
Tributos indiretos	956.615	856.372	856.657	1.009.501	954.864	945.510
ICMS	613.244	588.198	635.352	635.358	638.649	683.445
PIS e COFINS	99.201	78.357	75.285	120.430	109.083	102.023
Fust e Funttel	229.563	185.204	141.633	237.791	191.047	145.529
Outros	14.607	4.613	4.387	15.922	16.085	14.513
Total	956.615	856.372	856.657	1.010.830	955.582	945.510
Circulante	929.829	856.372	856.657	972.123	933.298	938.260
Não circulante	26.786	-	-	38.707	22.284	7.250

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2010 (*)	2009 (*)	01/01/2009 (*)
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.715.580	1.917.521	1.708.804
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	92.842	68.628	-
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	17.304	23.006	35.425
Untied Loan – JBIC	JPY	Libor + 1,25%	2009	-	-	129.173
Resolução 2770	JPY	0,50% a 5,78%	2009	-	-	213.339
Resolução 2770	EUR	5,74%	2009	-	-	84.799
Total controladora				1.825.726	2.009.155	2.171.540
Resolução 2770	JPY	1,00%	2009	-	-	48.315
Total consolidado				1.825.726	2.009.155	2.219.855
Circulante				420.412	256.753	502.503
Não circulante				1.405.314	1.752.402	1.717.352

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

BNDES: em 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES. A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é uma taxa referencial

específica, não comparável com outras taxas de prazo equivalente disponíveis no mercado. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 este instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu custo amortizado, que equivale ao valor justo do mesmo nesta data.

MÉDIOCRÉDITO: empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras SA – Telebrás e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a empresa dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Cronograma consolidado de vencimentos de longo prazo

Ano	Valores
2012	412.808
2013	412.544
2014	410.051
2015	169.911
Total	<u>1.405.314</u>

17. DEBÊNTURES

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2010	2009	01/01/2009
Debêntures	R\$	CDI + 0,35%	2010	-	1.510.806	1.516.339
Total				<u>-</u>	<u>1.510.806</u>	<u>1.516.339</u>
Circulante				-	1.510.806	16.339
Não circulante				-	-	1.500.000

O vencimento destas debêntures ocorreria em 01 de setembro de 2010, porém em 07 de junho de 2010 foi efetuado o resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	Controladora/Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Juros sobre o capital próprio	248.515	249.706	437.720
Telefônica Internacional S.A.	113.839	115.530	234.441
SP Telecomunicações Participações Ltda.	37.407	37.962	77.036
Minoritários	97.269	96.214	126.243
Dividendos	202.382	245.837	320.841
Minoritários	202.382	245.837	320.841
Total	<u>450.897</u>	<u>495.543</u>	<u>758.561</u>

Grande parte do saldo dos juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados disponíveis e ainda não reclamados.

19. PROVISÕES

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

Consolidado - 2010				
	Trabalhista	Natureza Tributária	Cível	Totais
SalDOS em 31/12/2009	404.106	91.655	443.810	939.571
Ingressos	15.772	165	60.799	76.736
Baixas/reversões	(69.684)	(276)	(129.351)	(199.311)
Atualização monetária	16.197	1.975	70.901	89.073
SalDOS em 31/12/2010	<u>366.391</u>	<u>93.519</u>	<u>446.159</u>	<u>906.069</u>
Circulante	38.642	-	201.571	240.213
Não circulante	<u>327.749</u>	<u>93.519</u>	<u>244.588</u>	<u>665.856</u>

Consolidado - 2009				
	Trabalhista	Natureza Tributária	Cível	Totais
SalDOS em 01/01/2009	497.132	275.692	255.433	1.028.257
Ingressos	49.725	2.678	175.592	227.995
Baixas/reversões	(183.992)	(190.507)	(28.156)	(402.655)
Atualização monetária	41.241	3.792	40.941	85.974
SalDOS em 31/12/2009	<u>404.106</u>	<u>91.655</u>	<u>443.810</u>	<u>939.571</u>
Circulante	27.543	-	155.765	183.308
Não circulante	<u>376.563</u>	<u>91.655</u>	<u>288.045</u>	<u>756.263</u>

19.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	366.391	404.106	497.132
Possível	155.107	32.399	66.608
Total	<u>521.498</u>	<u>436.505</u>	<u>563.740</u>

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outras coisas, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade e periculosidade; extensão de plano médico, a título gratuito, aos aposentados da Companhia e, alguns procedimentos referentes à terceirização.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho cujo objeto versa sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foi atribuído valor ao grau de risco possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

19.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	93.519	91.655	275.692
Possível	4.102.806	3.664.280	2.864.127
Total	<u>4.196.325</u>	<u>3.755.935</u>	<u>3.139.819</u>

Em 31 de dezembro de 2010 esta Companhia mantém ações judiciais movidas para obter o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança das contribuições abaixo explicitadas:

a) CIDE

Contribuição de Intervenção sobre o domínio econômico exigida pela União Federal sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. Conservadoramente, a Companhia mantém contabilizado o montante de R\$25.891 em 31 de dezembro de 2010.

b) FGTS

Contribuições adicionais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exigida pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em

redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados). O valor envolvido remonta em R\$61.185. O processo encontra-se em última instância judicial. De acordo com a opinião legal de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão e depósito judicial do montante integral.

c) Outros provisões

Existem outras contingências igualmente provisionadas relativas à compensação de Finsocial e PIS/PASEP declarados inconstitucionais e casos municipais cujos objetos são ISS, IPTU e diversas taxas municipais, no montante envolvido de R\$6.443 mil, consideradas de risco provável pela Administração da Companhia.

Contingências Possíveis

Âmbito Federal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito federal, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$1.338.380. Referidas ações versam sobre:

(a) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de Pedidos de Compensações formulados pela empresa; **(b)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(c)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(d)** contribuição previdenciária sobre o pagamento de remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); **(e)** IR e contribuição sobre premiações, **(f)** IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(g)** Compensações diversas; **(h)** Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e **(i)** PIS/COFINS alargamento da base de cálculo (Lei n. 9718/98)

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Âmbito Estadual

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$1.989.332, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Referidas ações versam sobre:

(a) Prestação de serviços de facilidades e serviços complementares (Convênio 69/98) **(b)** Locação de modem Speedy; **(c)** Ligações Internacionais (DDI); **(d)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(e)** creditamento indevido relativo a obtenção de bens destinados ao ativo fixo; **(f)** Falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; **(g)** valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; **(h)** prestação de serviço fora de São Paulo e recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; e **(i)** Co-billing.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Âmbito Municipal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera administrativa (decorrentes de Autos de Infração) e esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$280.446.

Referidas ações versam sobre os seguintes objetos: **(a)** ISS; **(b)** IPTU; **(c)** Taxa de Uso do Solo; **(d)** Serviços prestados por terceiros e; **(e)** Diversas Taxas Municipais.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial

Com base na opinião dos seus consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões supra relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

ANATEL

FUST: Mandado de Segurança impetrado pelas operadoras fixas para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000. Foi obtida sentença em 1ª instância parcialmente favorável e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remonta em R\$594.436. Parte deste valor R\$75.768 refere-se às diferenças apuradas de ITX e EILD em função da adoção da sistemática não-cumulativa no período retroativo (2001 a 2005) e a outra parte R\$241.110 refere-se às diferenças de ITX e EILD apuradas para o período de 2006 a atual, cujo valor foi registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições e está sendo depositado, mensalmente, em juízo e os demais valores envolvidos referem-se à lavratura, pela Anatel, de diversas notificações de lançamento de débito no valor de R\$277.558 para os valores em discussão no Mandado de Segurança, sendo avaliadas como de risco de perda possível.

FUNTTEL: Contrariando a previsão legal, a Anatel lavrou diversas Notificações de Lançamento de Débito contra a Companhia e suas controladas e subsidiárias para cobrança da contribuição ao FUNTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD) relativas ao período de 2001 a 2005. Os processos aguardam decisão de 1ª instância administrativa. O valor total envolvido remonta em R\$109.967.

FISTEL: Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado, a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI referente a prorrogação das licenças concedidas.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que, seria aplicável o art. 9º, inciso III da Resolução nº 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que a cobrança de TFI sobre a prorrogação das licenças

é indevida, Telesp S.A questiona judicialmente referida cobrança. Foi obtida sentença favorável em 1ª instância judicial e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância. O valor total envolvido remonta em R\$31.355.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

19.3 Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	446.159	443.810	255.433
Possível	808.006	539.968	623.605
Total	<u>1.254.165</u>	<u>983.778</u>	<u>879.038</u>

Provisões cíveis

Relevantes

a) Em 09 de junho de 2000 a WCR do Brasil Serviços Ltda. propôs ação de cobrança pelo rito ordinário contra a Companhia, na qual pleiteia a cobrança da suposta diferença existente entre os valores auferidos pela Telesp com a utilização do “Serviço 0900” e os valores que lhe foram repassados. Em 2010 houve Recurso em Terceira Instância, sem êxito, o qual a Companhia realizou acordo em novembro de 2010. Aguardando arquivamento do processo.

b) Ações de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$21.889.

c) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$153.330.

Massivas

Relações de consumo

d) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$100.541, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

Anatel

e) Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia figurava como parte em processos administrativos perante a Anatel, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante de R\$170.399.

Contingências possíveis

Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$160.790. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e esta aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Civil Pública proposta pela ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo contra SISTEL, a Companhia e outros, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS em 2000 que originou plano específico PBS-Telesp, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esse processo pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e depende de perícia, tendo em vista que envolve acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

c) O Ministério Público é autor de ações judiciais postulando a tese de que os valores cobrados com base no PIS e COFINS estão indevidamente incluídos nas tarifas de serviço de telefonia fixa e ainda demanda que os valores indevidamente cobrados deverão ser devolvidos em dobro. Há sete ações coletivas e diversas individuais com base no mesmo argumento e pedido. O Superior Tribunal de Justiça decidiu pela legalidade do repasse do PIS e da COFINS em julgamento de ação sob afetação da lei de recursos repetitivos contra concessionária de telefonia considerada leading case. Não há provisão para essas ações tendo o grau de risco de perda passado de possível para remoto.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes

reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$309.803, cuja análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

Anatel

f) A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela Anatel com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial no montante de R\$337.413, consideradas pelos assessores legais com risco de perda como possível.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Retenções de terceiros	159.636	172.841	216.514	139.724	147.995	198.052
Valores a restituir a assinantes	55.888	59.191	53.602	54.666	60.020	48.525
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	102.568	-	102.863	102.568	-	102.863
Receita diferida (b)	93.518	113.925	126.112	103.339	113.925	126.112
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	-	-	113.377	-	-	113.377
Arrendamento mercantil (c)	11.507	10.729	-	11.507	10.729	-
Dívidas com partes relacionadas (nota 28)	117.615	117.891	36.231	120.981	118.228	49.857
Outros credores	4.821	8.202	7.570	5.997	28.749	42.203
Total circulante	545.553	482.779	656.269	538.782	479.646	680.989
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	112.594	112.873	-	112.594	112.873	-
Receita diferida (b)	35.220	20.769	23.442	38.400	20.769	23.442
Arrendamento mercantil (c)	23.346	31.190	-	23.346	31.190	-
Dívidas com partes relacionadas (nota 28)	17.140	21.795	33.284	10.738	15.542	31.216
Outros credores	41.199	37.778	36.184	46.837	43.564	61.778
Total não circulante	229.499	224.405	92.910	231.915	223.938	116.436

(a) Valores provenientes do leilão de frações referente ao agrupamento de ações realizado em 2005 e processo de incorporação da TDBH no ano de 2006.

(b) Referem-se principalmente ao diferimento da receita de habilitação (nota 3.1.2b) e aos cartões indutivos.

(c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

	2010	2009
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	42.194	53.580
Despesa financeira não realizada	(7.341)	(11.661)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	34.853	41.919
Circulante	11.507	10.729
Não circulante	23.346	31.190

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.507	11.507
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	30.687	23.346
Total	42.194	34.853

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

COMPROMISSOS E GARANTIAS

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e instalações por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, sendo que os pagamentos dos aluguéis mensais são equivalentes ao período do contrato. O total de despesa de aluguel em 2010 é de R\$613.057 (R\$522.858 em 2009).

Os compromissos com aluguel referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

Ano	Valor
2011	22.300
2012	22.300
2013	18.418
2014	14.842
Total	77.860

Garantias

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia possuía propriedades dadas como garantias em processos judiciais, onde o valor dos processos era de R\$23.411 (R\$43.719 em 2009).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$6.575.480. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	2010	2009	01/01/2009
Capital total em ações			
Ordinárias	168.819.870	168.819.870	168.819.870
Preferenciais	337.417.402	337.417.402	337.417.402
Total	506.237.272	506.237.272	506.237.272
Ações em tesouraria			
Ordinárias	(210.579)	(210.579)	(210.579)
Preferenciais	(185.213)	(185.213)	(185.213)
Total	(395.792)	(395.792)	(395.792)
Ações em circulação			
Ordinárias	168.609.291	168.609.291	168.609.291
Preferenciais	337.232.189	337.232.189	337.232.189
Total	505.841.480	505.841.480	505.841.480
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	23,06	22,34	19,86

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

b. Reservas de Capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes do processo de incorporação da TDBH ocorrida no exercício de 2006, sendo uma parte relativa ao exercício do direito de retirada e outra correspondente ao leilão de frações

realizado pela Companhia. O custo médio de aquisição foi de R\$44,77. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$16.060.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Em conformidade ao parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, a Companhia optou por deixar de constituir a reserva legal, uma vez que o saldo da mesma somado ao saldo das reservas de capital ultrapassou 30% do capital social.

e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da DABR que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76 serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas desde que haja valores disponíveis.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Companhias por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2010 e 2009:

	2010	2009
Dividendos Mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado		
Lucro Líquido do Exercício	2.398.836	2.204.089
Dividendos Mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	599.709	551.022
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	592.000	605.000
Dividendos Intermediários	196.355	470.000
Lucro disponível para distribuição	<u>1.610.481</u>	<u>1.129.089</u>
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	134.440	153.673
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos	42.063	(18.696)
(-) Total dos efeitos de IFRS no patrimônio líquido 2009	8.759	(8.759)
(-) Adoção inicial IFRS – balanço de abertura 01/01/2009	-	58.571
Dividendos Propostos	<u>1.694.099</u>	<u>1.251.646</u>

Valores em R\$ por ação (a)	2010		2009	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Juros sobre o capital próprio - ordinárias	1,097180	0,932603	1,121274	0,953083
Juros sobre o capital próprio - preferenciais	1,206898	1,025863	1,233401	1,048391

Valores em R\$ por ação (a)	2010	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em abril de 2010	2,319731	2,551704
Dividendos intermediários declarados em setembro de 2010	0,363913	0,400305
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,614384	0,675822
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,318219	0,350041
	<u>3,616247</u>	<u>3,977872</u>

Valores em R\$ por ação (a)	2009	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em março de 2009	0,732276	0,805503
Dividendos intermediários declarados em maio de 2009	0,871072	0,958179
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,630137	0,693151
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,322945	0,355240
	<u>2,556430</u>	<u>2,812073</u>

(a) Não inclui montante de dividendos propostos.

O saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2010 ainda não destinado, no montante de R\$1.610.481, os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2010 no montante de R\$134.440 e outros resultados abrangentes no montante de R\$(50.822) que totalizam o valor de R\$1.694.099, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar:

Total proposto para Deliberação	1.694.099
---------------------------------	-----------

Valor por ação	Ordinárias	Preferenciais
Total Proposto para Deliberação – por ação	<u>3,139752</u>	<u>3,453727</u>

g. Juros Sobre Capital Próprio

Por proposta da Administração, nos exercícios de 2010 e 2009 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2010	2009
Juros sobre capital próprio bruto	592.000	605.000
Ações ordinárias	184.995	189.057
Ações preferenciais	407.005	415.943
Imposto de renda na fonte	(88.800)	(90.750)
JSCP Líquidos de imposto de renda	503.200	514.250

Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integrais, sem retenção de imposto de renda na fonte.

h. Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 07 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2009 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2009 no montante de R\$1.251.646 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 07 de abril de 2010. A partir de 26 de abril de 2010, teve início pagamento da primeira parcela no valor de R\$800.000 e a parcela restante de R\$451.646, o pagamento teve início a partir de 13 de dezembro de 2010.

Em 29 de setembro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração e pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$196.355, com base nos lucros existentes no balanço de 30 de junho de 2010, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2010. O pagamento destes dividendos intermediários teve início em 13 de dezembro de 2010.

Em 29 de setembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2010, no montante de R\$390.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$331.500 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2010. O pagamento destes juros sobre capital próprio teve início em 13 de dezembro de 2010.

Em 14 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2010, no montante de R\$202.000, com retenção de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$171.700, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de dezembro de 2010. O pagamento destes juros será iniciado até 21 de dezembro de 2011, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

i. Dividendos Prescritos

Prescrevem em 03 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item a da Lei 6.404 de 15/12/1976.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional bruta	19.958.945	19.573.190	21.358.957	21.584.363
Tributos	(5.376.984)	(5.255.830)	(5.602.813)	(5.778.408)
Receita operacional líquida	<u>14.581.961</u>	<u>14.317.360</u>	<u>15.756.144</u>	<u>15.805.955</u>

23. COMPOSIÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização (a)	(1.653.771)	(2.281.686)	(1.913.494)	(2.505.475)
Pessoal (b)	(984.443)	(666.471)	(1.030.510)	(722.626)
Interconexão e uso de rede	(4.206.101)	(4.146.823)	(4.520.992)	(4.386.266)
Serviços de terceiros	(3.577.875)	(3.123.116)	(4.101.459)	(3.629.996)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(327.302)	(426.387)	(386.340)	(564.580)
Tributos	(240.645)	(232.454)	(251.099)	(281.960)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	(102.568)	(100.470)	(102.568)	(100.470)
Outros gastos	(29.455)	(44.155)	(124.220)	(192.263)
Total	<u>(11.122.160)</u>	<u>(11.021.562)</u>	<u>(12.430.682)</u>	<u>(12.383.636)</u>
Custos	(7.874.737)	(8.221.114)	(8.792.898)	(9.091.750)
Comercialização dos serviços	(2.397.267)	(2.299.036)	(2.550.741)	(2.536.902)
Gerais e administrativas	(850.156)	(501.412)	(1.087.043)	(754.984)
Total	<u>(11.122.160)</u>	<u>(11.021.562)</u>	<u>(12.430.682)</u>	<u>(12.383.636)</u>

(a) Conforme mencionado na nota 12, a rubrica de depreciação foi impactada pela revisão nos prazos de vida útil.

(b) Em 2009 os gastos com pessoal foram afetados no montante de R\$158.478 pela mudança de estimativa para cálculo dos processos massivos que passaram a ser calculados com base na média histórica dos pagamentos efetuados para os processos de massa.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Multas sobre serviços de telecomunicações	92.945	121.567	92.794	115.920
Aluguel de infra-estrutura	46.398	46.577	46.398	46.578
Doações e patrocínios	(37.629)	(30.390)	(37.726)	(30.598)
Provisões cíveis, líquidas	(116.075)	(112.274)	(121.973)	(115.447)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos(a)	230.949	1.645	230.335	(14.375)
Resultado líquido na venda de investimentos (nota 11)	78.518	-	87.151	-
Outras despesa/receitas	17.413	179.866	(78.603)	(45.207)
Total	312.519	206.991	218.376	(43.129)
Outras receitas operacionais	867.383	698.635	881.184	706.289
Outras despesas operacionais	(554.864)	(491.644)	(662.808)	(749.418)
Total	312.519	206.991	218.376	(43.129)

(a) No 4º trimestre de 2010 a Telesp realizou uma operação de cessão do direito de exploração comercial dos espaços existentes em aproximadamente 1.085 torres de transmissão de sua propriedade, transferindo a atividade de gestão e manutenção de torres de telecomunicações para empresa (fora do grupo Telefonica) especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$233.421 (montante líquido do valor correspondente ao aluguel diferido dos terrenos). Considerando que houve a transferência significativa dos riscos e benefícios dessas torres, as quais permanecem de titularidade da Telesp, para propósito de atendimento das condições da concessão, a referida operação foi avaliada sob a perspectiva do IAS 17 - Arrendamento Mercantil, sendo classificada como arrendamento mercantil financeiro. O efeito líquido no resultado de 2010 está registrado no item "Outras receitas (despesas) operacionais".

Adicionalmente, a Telesp firmou um contrato de compartilhamento de infraestrutura para uso de parte das torres cedidas pelo prazo de 13 anos. A avaliação da Companhia, com base na IFRIC 4 - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil, é de que este contrato de compartilhamento se enquadra como prestação de serviço, devido que as Companhias fora do Grupo Telefonica compartilham as torres cedidas e é esperado que continuem compartilhando, consequentemente, o custo deste contrato de serviços é reconhecido como despesa durante o prazo contratual.

O objetivo da operação foi propiciar maior qualidade e eficiência da atividade de compartilhamento de infraestrutura destas torres e gerar uma maior eficiência operacional do serviço de telecomunicações, permitindo que a Telesp direcione seus esforços e investimentos no desenvolvimento de seu negócio principal.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras	286.129	385.421	344.354	455.888
Receitas de aplicações financeiras	149.769	155.427	181.717	172.164
Ganho com operações de derivativos	18.567	52.216	18.567	65.878
Juros ativos	31.443	40.066	33.834	45.545
Variações monetárias/cambiais ativas	85.153	136.200	86.950	147.471
Outras receitas financeiras	1.197	1.512	23.286	24.830
Despesas financeiras	(455.590)	(620.898)	(465.092)	(644.680)
Juros passivos	(352.853)	(418.459)	(355.971)	(421.599)
Perdas com operações de derivativos	(20.747)	(103.027)	(20.746)	(118.061)
Despesas com operações financeiras	(69.426)	(57.696)	(73.876)	(69.380)
Variações monetárias/cambiais passivas	(12.564)	(41.716)	(14.499)	(35.640)
Total	(169.461)	(235.477)	(120.738)	(188.792)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em dezembro de 2010 e de 2009.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes de impostos	3.413.812	3.124.408	3.425.989	3.209.186
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.160.696)	(1.062.299)	(1.164.836)	(1.091.123)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(64.276)	(48.588)	982	6.387
Juros sobre capital próprio prescritos	(7.483)	(14.407)	(7.483)	(14.407)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(60.726)	(109.670)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(11.916)	(21.964)	(24.532)	(23.237)
Despesas de juros sobre capital próprio	201.280	205.700	201.280	205.700
Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	28.115	21.239	28.162	21.253
Total geral (IRPJ + CSLL)	(1.014.976)	(920.319)	(1.027.153)	(1.005.097)
Taxa efetiva	30%	29%	30%	31%
IRPJ e CSLL corrente	896.082	647.349	908.259	729.342
IRPJ e CSLL diferido	118.894	272.970	118.894	275.755
Total geral (IRPJ + CSLL)	1.014.976	920.319	1.027.153	1.005.097

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

	2010	2009
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	2.398.836	2.204.089
Ordinários	749.615	688.759
Preferenciais	1.649.221	1.515.330
Número de Ações:	505.841	505.841
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	168.609	168.609
Média ponderada das ações preferencias em circulação durante o exercício	337.232	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	4,45	4,08
Ações preferenciais	4,89	4,49

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Consolidado	Atento Brasil S.A.	TWS Brasil Ltda.	Grupo Vivo	Telefônica Serviços Empresari ais do Brasil Ltda.	Telefônica S.A.	Outras	Total 2010	2009
ATIVO								
Ativo Circulante	8.250	1.752	312.910	13.167	51	103.537	439.667	643.407
Contas a receber de serviços	4.865	1.674	312.199	710	-	24.767	344.215	523.150
Outros ativos	3.385	78	711	12.457	51	78.770	95.452	120.257
Ativo Não Circulante	-	134	427	1.943	92	14.347	16.943	23.541
Outros ativos	-	134	427	1.943	92	14.347	16.943	23.541
Total de Ativos	8.250	1.886	313.337	15.110	143	117.884	456.610	666.948
PASSIVO								
Passivo circulante	104.330	24.072	343.365	20.200	35.543	182.020	709.530	863.707
Fornecedores	101.628	23.207	274.410	20.166	846	17.046	437.303	591.987
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	151.246	151.246	153.492
Outras obrigações	2.702	865	68.955	34	34.697	13.728	120.981	118.228
Passivo Não Circulante	338	259	-	2.324	-	7.817	10.738	15.542
Outras obrigações	338	259	-	2.324	-	7.817	10.738	15.542
Total de Passivos	104.668	24.331	343.365	22.524	35.543	189.837	720.268	879.249
RESULTADO								
Receitas	30.356	3.837	419.445	2.261	1.553	49.332	506.784	381.307
Serviços de telecomunicações	30.356	3.837	419.445	2.147	-	43.608	499.393	376.333

Consolidado	Atento Brasil S.A.	TIWS Brasil Ltda.	Grupo Vivo	Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	Telefônica S.A.	Outras	Total 2010	2009
Receita financeira	-	-	-	114	1.553	5.724	7.391	899
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	4.075
Custos e despesas	(704.683)	(80.560)	(1.816.903)	(89.118)	(89.365)	(51.922)	(2.832.551)	(2.876.914)
Custo dos serviços prestados	(309.483)	(80.560)	(1.701.361)	(39.292)	(16)	(28.839)	(2.159.551)	(2.302.228)
Comercialização dos serviços	(364.261)	-	(115.481)	(4.809)	(106)	(10.533)	(495.190)	(486.675)
Despesas gerais e administrativas	(30.939)	-	(54)	(45.017)	(89.187)	(790)	(165.987)	(83.643)
Despesas financeiras	-	-	(7)	-	(56)	(2.818)	(2.881)	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(8.942)	(8.942)	(4.368)

Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Vivo S.A., e Terra Networks Brasil S.A., principalmente por chamadas de longa distância e com a Tiws Brasil Ltda. devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea.

Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos por créditos junto à Telefônica Internacional S.A., Telefônica del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefônica Telecom Colombia, Atento Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração e suporte de centros de atendimento, Vivo S.A. sobre os serviços de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), Tiws Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados, Terra Networks Brasil S.A., e serviços satelitais pela Tiws Espanha e serviço de tratamento dos sinais de TV e transmissão para satélite com Media Networks Latin. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio, logística e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica para a Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Holding Ltda. e Telefônica S.A. e reembolsos a pagar para Telefônica del Peru e Vivo S.A.

Receitas de serviços de telecomunicações compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como Speedy e longa distância nacional com a Vivo S.A., Terra Networks Brasil S.A. e Atento Brasil S.A.

Outras receitas operacionais compreendem principalmente a receita de infra-estrutura de rede locada à Vivo S.A e para a Atento Brasil S.A.

O saldo de custo dos serviços prestados refere-se principalmente a despesas de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), prestados pela Vivo S.A., serviços de administração de centros de atendimento prestado pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infra-estrutura de transmissão internacional pela Tiws Brasil Ltda..

O saldo de despesas com vendas refere-se principalmente a prestação de serviços mercadológicos pela Atento Brasil S.A. e comissões pagas às operadoras de telefonia móvel com a Vivo S.A.

O saldo de despesas gerais e administrativas refere-se principalmente a Atento Brasil S.A., e despesas de gerência e assistência técnica à Telefónica S.A.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Carlos Valente da Silva	Presidente
José María Álvarez-Pallete López	Vice-Presidente
Mariano Sebastian de Beer	Diretor Geral de Telefonia Fixa
Gilmar Roberto Pereira Camurra	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Gustavo Fleichman	Secretário Geral
Antonio Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Conselheiro
Fernando Abril-Martorell Hernandez	Conselheiro
Fernando Xavier Ferreira	Conselheiro
Francisco Javier de Paz Mancho	Conselheiro
Guillermo José Fernandez Vidal	Conselheiro
Iñaki Urdangarin	Conselheiro
José Fernando de Almansa Moreno-Barreda	Conselheiro
Luciano Carvalho Ventura	Conselheiro
Luis Javier Bastida Ibarguen	Conselheiro
Luiz Fernando Furlan	Conselheiro
Luis Miguel Gilperez Lopez	Conselheiro
Miguel Ángel Gutiérrez Méndez	Conselheiro
Narcís Serra Serra	Conselheiro

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 2010 foi de aproximadamente R\$13.000 (R\$13.500 em 2009). Destes montantes, R\$9.500 (R\$8.700 em 2009) correspondem a salários e benefícios e R\$3.400 (R\$4.800 em 2009) a bônus. A Telesp também pagou aproximadamente R\$7.300 (R\$2.600 em 2009) referente ao Performance Share Plan – PSP, um plano de incentivo de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Importância Segurada
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$24.517.535
Responsabilidade civil facultativo – veículos	R\$1.000
Seguro Garantia Anatel	R\$19.996

30. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	TELESP	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
PBS TELESP	BD	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
VISÃO ASSIST	Híbrido	VisãoPrev	A .Telecom S.A.
VISÃO TELEFÔNICA EMPRESAS	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Data S.A.
VISÃO TELESP	Híbrido	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

A Telesp patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS Telesp, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,54% dos empregados da Companhia. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel), a custo compartilhado. As contribuições para o plano PBS Telesp são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,92% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12,42% são destinados ao custeio do plano PBS Telesp e 1,5% ao plano PAMA.

Para os demais empregados da Telesp, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, administrado pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. O Plano Visão Telesp é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telesp é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia ao

plano Visão Telesp são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Durante o exercício de 2010, a Companhia efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp no montante de R\$17 (R\$22 em 2009) e ao Plano Visão Telesp no montante de R\$24.788 (R\$22.861 em 2009).

A A.Telecom patrocina individualmente dois planos de contribuição definida: um semelhante ao da Telesp, o Plano de Benefícios Visão Assist, o qual atende cerca de 28% de seus empregados e outro, o Plano de Benefícios Visão A.Telecom, cujas contribuições básica e adicional da patrocinadora correspondem a 30% das contribuições básica e adicional dos participantes. As contribuições da A.Telecom para esses planos totalizaram R\$211 (R\$330 em dezembro de 2009).

A Telefonica Data S.A. patrocina individualmente um plano de contribuição definida semelhante ao da Companhia, o Plano de Benefícios Visão Telefônica Empresas. As contribuições para esse plano totalizaram R\$575 (R\$652 em dezembro de 2009).

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2010 e 2009, com base no cadastro dos participantes projetadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, para os planos administrados pela Sistel, pela Visão Prev e as informações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinaados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é o seguinte:

Plano	2010	2009	01/01/2009
CTB	20.818	23.508	26.482
PAMA	198.182	168.419	122.288
Totais consolidados	<u>219.000</u>	<u>191.927</u>	<u>148.770</u>

a. Conciliação dos ativos e passivos

	2010				
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Total do passivo atuarial	20.818	272.141	94.177	31.914	419.050
Valor justo dos ativos	-	73.959	111.613	121.377	306.949
Passivo (ativo) líquido	<u>20.818</u>	<u>198.182</u>	<u>(17.436)</u>	<u>(89.463)</u>	<u>112.101</u>
Limitador dos ativos	-	-	17.436	62.292	79.728
Passivo líq. reconhecido no balanço	20.818	198.182	-	-	219.000
Ativo líq. reconhecido no balanço	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.171</u>	<u>27.171</u>

2009					
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Total do passivo atuarial	23.508	238.767	93.098	31.348	386.721
Valor justo dos ativos	-	70.348	108.062	110.828	289.238
Passivo (ativo) líquido	<u>23.508</u>	<u>168.419</u>	<u>(14.964)</u>	<u>(79.480)</u>	<u>97.481</u>
Limitador dos ativos	-	-	14.964	14.294	29.258
Passivo líquido reconhecido no balanço	23.508	168.419	-	-	191.927
Ativo líquido reconhecido no balanço	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.186</u>	<u>65.186</u>
(i) Refere-se à participação proporcional da Telesp nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.					

b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

2010					
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Custo dos juros	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(6.489)	(11.334)	(11.970)	(29.793)
	<u>2.148</u>	<u>16.708</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(5.442)</u>	<u>10.961</u>

2009					
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368	3.660
Custo dos juros	2.503	18.973	8.935	2.736	33.147
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.064)	(9.976)	(10.381)	(27.421)
	<u>2.503</u>	<u>12.066</u>	<u>(906)</u>	<u>(4.277)</u>	<u>9.386</u>

c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

2010					
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(1.809)	13.069	(7)	(1.138)	10.115
Efeito limitador	-	-	2.472	47.998	50.470
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>(1.809)</u>	<u>13.069</u>	<u>2.465</u>	<u>46.860</u>	<u>60.585</u>

	2009				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assis st/TData	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(2.344)	34.080	(13.453)	(8.066)	10.217
Efeito limitador	-	-	14.379	(47.168)	(32.789)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.344)	34.080	926	(55.234)	(22.572)

d. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assis t/TData	Total
Passivo (Ativo) do Plano em 01/01/2009	26.482	122.288	-	(2.936)	145.834
Despesas de 2009	2.503	12.066	(906)	(4.277)	9.386
Contribuições das empresas em 2009	(3.133)	(15)	(20)	(2.738)	(5.906)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.344)	34.080	926	(55.234)	(22.572)
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2009	23.508	168.419	-	(65.185)	126.742
Despesas de 2010	2.148	16.708	(2.453)	(5.442)	10.961
Contribuições das empresas em 2010	(3.029)	(14)	(12)	(3.404)	(6.459)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.809)	13.069	2.465	46.860	60.585
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2010	20.818	198.182	-	(27.171)	191.829
Ativo atuarial reconhecido no balanço	-	-	-	27.171	27.171
Passivo atuarial reconhecido no balanço	20.818	198.182	-	-	219.000

e. Movimentação do passivo atuarial

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assist /TData	Total
Passivo atuarial em 01/01/2009	26.482	190.541	91.583	28.875	337.481
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368	3.660
Juros sobre o passivo atuarial	2.503	18.973	8.935	2.736	33.147
Benefícios pagos no exercício	(3.133)	(7.817)	(6.341)	(552)	(17.843)
Contribuição dos participantes vertidas no ano	-	-	10	224	234
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	(2.344)	36.913	(1.224)	(3.303)	30.042
Passivo atuarial em 31/12/2009	23.508	238.767	93.098	31.348	386.721
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Juros sobre o passivo atuarial	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Benefícios pagos no exercício	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	(20.195)
Contribuição de participantes vertidas no ano	-	-	1	302	303
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	(1.809)	20.092	(1.138)	(5.678)	11.467
Passivo atuarial em 31/12/2010	20.818	272.140	94.177	31.915	419.050

f. Movimentação dos ativos dos planos

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assist/TData	Total
Valor justo dos ativos do plano em 01/01/2009	-	68.253	92.168	93.273	253.694
Benefícios pagos no exercício	(3.133)	(7.817)	(6.341)	(552)	(17.843)
Contribuições totais no exercício	3.133	15	30	2.962	6.140
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	-	7.064	9.976	10.381	27.421
Ganhos / (perdas) sobre os ativos	-	2.833	12.229	4.764	19.826
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2009	-	70.348	108.062	110.828	289.238
Benefícios pagos no exercício	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	(20.195)
Contribuições totais no exercício	3.029	14	12	3.404	6.459
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	-	6.490	11.334	11.970	29.794
Ganhos / (perdas) sobre os ativos	-	7.023	(1.131)	(4.539)	1.353
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2010	-	73.959	111.612	121.378	306.949

g. Despesas previstas para o exercício de 2011

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assist/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	145	17	3.960	4.122
Custo dos juros	1.978	27.400	9.283	3.051	41.712
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.654)	(12.529)	(6.871)	(27.054)
Total de despesas (reversões) para 2011	1.978	19.891	(3.229)	140	18.780

h. Premissas atuariais

2010	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão Telesp/Visão Assist/Visão T.Data	11,60%	PBS: 6,54% Visão: 7,20%	N/A	5,00%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	
PAMA	11,07%	N/A	8,15%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente;	N/A

						100% na elegibilidade à aposentadoria normal	
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 10,25%;
- Taxa de inflação: 5,0%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

2009	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão Telesp/Visão Assist/Visão T.Data	10,84%	PBS: 6,14% Visão: 6,79%	N/A	4,60%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	
PAMA	9,84%	N/A	7,73%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A
PBS-A	9,86%	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,83%;
- Taxa de inflação: 4,60%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT83 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

i. Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	2010	2009
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	14,28%	12,49%
- Instrumentos de dívida	85,09%	87,20%
- Outros	0,63%	0,31%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>
Retorno esperado dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	15,61%	14,94%
- Instrumentos de dívida	10,82%	9,98%
- Outros	10,25%	9,83%
Total	<u>11,50%</u>	<u>10,60%</u>

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme abaixo:

- § Ativos de renda variável: prêmio de risco estimado pelo histórico Mercer (empresa de consultoria atuarial);
- § Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas LTN's disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;
- § Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;
- § Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- § Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- § Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- § Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

j. Histórico dos ativos e passivos observados

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente das obrigações	419.050	386.722	337.480	257.787	230.717
Valor justo dos ativos	306.949	289.239	253.695	232.378	199.318
Déficit	112.101	97.483	83.785	25.409	31.398
Ajuste por experiências dos passivos (%)	1,29%	7,77%	11,83%	6,87%	14,11%
Ajuste por experiência dos passivos (valores)	5.397	30.043	39.929	17.709	32.557
Ajuste por experiências dos ativos (%)	(0,44%)	(6,85%)	(3,39%)	(9,65%)	(7,42%)
Ajuste por experiência dos ativos (valores)	(1.352)	(19.826)	(8.598)	(22.428)	(14.794)

k. Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Planos de pensão definida	24.986	25.758	26.547	27.372	28.237	1.069.246

I. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

a) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	3.815
Efeito no valor presente das obrigações	44.541

b) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(3.437)
Efeito no valor presente das obrigações	(36.077)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010.

	Valor Justo		Custo amortizado		Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento				
Ativos Financeiros								
<i>Circulante</i>								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	1.556.715	-	-	-	1.556.715	1.556.715
Operações com derivativos	166	-	-	-	-	166	166	166
<i>Não Circulante</i>								
Participações Societárias	-	42.708	-	-	42.708	-	42.708	42.708
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 9)	-	-	-	12.884	-	-	12.884	12.884
Total de Ativos Financeiros	166	42.708	1.556.715	12.884	42.708	166	1.612.473	1.612.473

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros							
<i>Circulante</i>							
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	420.412	-	-	-	420.412	420.412
Operações com derivativos	696	-	9.502	-	9.502	9.502	9.502
<i>Não Circulante</i>							
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	1.405.314	-	-	-	1.405.314	1.405.314
Operações com derivativos	-	-	18.542	-	18.542	18.542	18.542
Total de Passivos Financeiros	696	1.825.726	28.044	-	28.044	1.853.770	1.853.770

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	% Partic.	Consolidado		
		2010	2009	01/012009
Portugal Telecom	0,91	-	227.702	210.431
Zon Multimédia	0,52	12.226	17.654	19.531
Outros investimentos		30.483	39.703	35.416
Total		42.709	285.059	265.378

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010, 0,95% (0,65% em 31 de dezembro de 2009) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). A Companhia contrata operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu

endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010 e R\$23.006 em 31 de dezembro de 2009).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (31 de dezembro de 2010 e de 2009) era coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$3.380 a receber e €37.784 a receber em 31 de dezembro de 2010) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as pontas passivas dos derivativos (*hedges* cambiais) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$1.547.785 (R\$2.266.896 em 31 de dezembro de 2009), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI, gerando desta forma uma exposição à taxa de juros variável local (CDI). Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Aceleração de Dívidas

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um único contrato de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas pela Companhia e todos os índices econômicos e financeiros previstos no contrato vigente foram atingidos.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos

serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Em relação ao risco de crédito da Companhia, ela representa baixo risco ao mercado com bons indicadores financeiros e operação estável, sendo classificada como *“investment grade”* por uma das mais bem conceituadas agências internacionais de *“rating”*.

Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme política corporativa de gestão de riscos. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*“hedged”*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2010, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (*“hedge accounting”*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor de mercado dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos (swap cambial) foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado em 2010	
		2010	2009	2010	2009	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de Derivativos							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)							
BES	USD	19.608	26.351	17.306	23.010	-	-
Votorantim	USD	3.155	3.155	2.654	2.718	-	-
		16.453	23.196	14.652	20.292	-	-
Taxa pós (b)							
Banco do Brasil	CDI + Pré	-	1.500.000	-	1.514.243	-	-
Citibank	CDI + Pré	-	500.000	-	504.748	-	-
HSBC	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
Votorantim	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
		-	200.000	-	201.899	-	-
Taxa pós							
Banco do Brasil	CDI	86.954	-	86.537	-	166	-
Citibank	CDI	51.025	-	50.647	-	-	-
Citibank	CDI	22.047	-	22.048	-	-	-
HSBC	CDI	10.012	-	9.980	-	166	-
		3.870	-	3.862	-	-	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)							
BES	CDI	(19.608)	(26.351)	(44.654)	(54.681)	-	(27.348)
Votorantim	CDI	(3.155)	(3.155)	(7.185)	(6.547)	-	(4.531)
		(16.453)	(23.196)	(37.469)	(48.134)	-	(22.817)
Taxa pós (b)							
Banco do Brasil	CDI	-	(1.500.000)	-	(1.513.670)	-	-
Citibank	CDI	-	(500.000)	-	(504.543)	-	-
HSBC	CDI	-	(400.000)	-	(403.657)	-	-
Votorantim	CDI	-	(400.000)	-	(403.649)	-	-
		-	(200.000)	-	(201.821)	-	-
Moeda estrangeira							
Bradesco	EUR	(86.954)	-	(87.068)	-	-	(696)
Citibank	EUR	(51.025)	-	(51.125)	-	-	(478)
Citibank	EUR	(22.047)	-	(22.253)	-	-	(205)
HSBC	USD	(10.012)	-	(9.814)	-	-	-
		(3.870)	-	(3.876)	-	-	(13)
Total reconhecido nas demonstrações						166	(28.044)

a) Swaps de moeda estrangeira (USD) x CDI (R\$17.306) – operação de swap contratada com vencimentos variados até 2014, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor de mercado da dívida financeira de R\$17.304)

b) Swap percentual do CDI x moeda estrangeira (Euro e Dólar) (R\$83.192 em Euro e R\$3.876 em Dólar) – operações de swaps contratadas com vencimentos até 31 de março de 2011, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a receber em Euro (valor contábil de R\$84.122) e em Dólar (valor contábil de R\$5.632).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2010:

<u>Contratos de swap</u>	<u>Vencimento em</u>				<u>Valor a pagar/receber 31/12/2010</u>
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 em diante</u>	
<u>Moeda Estrangeira x CDI</u>	<u>(8.805)</u>	<u>(7.933)</u>	<u>(7.265)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>(27.347)</u>
BES	(4.530)	-	-	-	(4.530)
VOTORANTIM	(4.275)	(7.933)	(7.265)	(3.344)	(22.817)
<u>CDI x Moeda Estrangeira</u>	<u>(530)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(530)</u>
CITIBANK	(39)	-	-	-	(39)
BRADESCO	(478)	-	-	-	(478)
HSBC	(13)	-	-	-	(13)

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade apenas para o seu swap de moeda estrangeira x CDI de cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2010, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.179 (nota 25). Em 31 de dezembro de 2010, as operações de “hedge” cambial geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.260. A Companhia liquidou em junho de 2010 suas operações de “swap” – CDI + spread x %CDI, com principal de R\$1.500.000, para cobertura do spread fixo das debêntures, que geraram resultado positivo de R\$80.

Em 31 de dezembro de 2010 temos o saldo de R\$166 registrado no ativo e o saldo de R\$28.044 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através

das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	17.306	21.887	26.578
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(17.304)	(21.885)	(26.577)
	Exposição Líquida	2	2	1
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento EUR)	(83.192)	(104.130)	(125.125)
Ativos não Financeiros em EUR	Ativos (Risco queda EUR)	84.122	105.153	126.183
	Exposição Líquida	930	1.023	1.058
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento USD)	(3.876)	(4.847)	(5.818)
Ativos Não Financeiros em USD	Ativos (Risco queda USD)	5.632	7.041	8.449
	Exposição Líquida	1.756	2.194	2.631
Hedge (Ponta Ativa CDI)	Derivativos (Risco queda CDI)	41.886	40.317	38.653
	Exposição Líquida	41.886	40.317	38.653
Exposição líquida total em cada cenário		44.574	43.535	42.344
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(1.039)	(2.230)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	1,6662	2,0828	2,4993
EUR	2,2264	2,7830	3,3396
CDI	10,64%	13,30%	15,96%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2010, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Milton Shigueo Takarada
Contador
CRC - 1SP138816/O-8
